



# Flexibilização após o carnaval

Marcelo Queiroga crê que passado o período antes destinado à festa, poderá diminuir as restrições, assim como vêm fazendo alguns países europeus. Governadores aguardam aceleração na vacinação

» MARIA EDUARDA CARDIM  
» GABRIELA BERNARDES\*

Apesar de a média móvel de mortes pela covid-19 estar em 800 óbitos, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, sinalizou ontem que o Brasil estuda a flexibilização das medidas restritivas sanitárias impostas para a pandemia, tal como fazem alguns países da Europa. Para o Fórum Nacional de Governadores, será possível tornar menos rígidas as restrições depois do carnaval, quando se planeja um avanço da imunização no Brasil.

Para Queiroga, o relaxamento de medidas “é uma tendência no mundo”. Assistimos países da Europa fazendo isso. A Inglaterra anunciou que vai relaxar todas as medidas sanitárias restritivas. Na Dinamarca, há uma flexibilização. Nos Estados Unidos, alguns estados têm feito isso e o Brasil estuda esse tipo de iniciativa”, disse.

No entanto, Queiroga explicou que a flexibilização depende de uma determinação governamental — uma portaria ou decreto do presidente Jair Bolsonaro. “Precisa ser avaliado o impacto regulatório como um todo porque determinados contratos foram feitos na vigência da pandemia”, salientou.

O Brasil observa uma redução na média móvel de casos positivos da doença, mas a de mortes ainda permanece em torno dos 800 óbitos. Ontem, o país registrou mais 816 vidas perdidas e 105.776 infecções. Com os acréscimos, a média móvel atual é 98.896 infectados e 819 mortos. Para o ministro, a redução de óbitos tem tudo para apresentar uma queda nas próximas três semanas.

Wellington Dias, governador do Piauí e coordenador da

Temática de Vacina e Enfrentamento à Covid no Fórum Nacional de Governadores, estima que, depois do carnaval, o Brasil avançará na imunização. Com isso, será possível pensar em rever as determinações para o período de pandemia.

“Pelo Fórum dos Governadores, mantivemos regras de restrições para evitar aglomerações, agora, no carnaval. Temos uma possibilidade muito elevada de que, já depois do período, por volta do dia 15, o Brasil alcance mais de 80% da população vacinada”, avaliou.

Além da previsão positiva para um avanço na imunização, o Fórum trabalha com a possibilidade de redução dos efeitos da variante ômicron. “Isso significa que é possível ter a condição para as medidas de flexibilização planejadas”, previu. Representa que as restrições im-

postas para o carnaval estão sendo vistas como antessala da flexibilização sugerida por Queiroga.

## Remédio

Segundo Wellington Dias, os governadores também contam com a aprovação, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), de um novo remédio para tratar a covid-19. “Além disso, esperamos a análise da Anvisa, para que a gente tenha a aprovação de medicamento da Pfizer e possamos usá-lo no Brasil”, cobrou.

O remédio a que o governador se referiu é o antiviral de uso oral Paxlovid (nirmatrelvir + ritonavir). Na semana passada, a Pfizer pediu autorização para o uso emergencial do fármaco no país, mas a Anvisa indicou que não vai acelerar o processo de análise. “O prazo de avaliação para o uso emergencial e temporário de medicamento contra a covid-19 é de até 30 dias”, informou a agência.

Myke Sena/MS



Fiocruz agora não depende mais da importação de IFA para produzir a vacina contra a covid-19

## Vacina 100% nacional é entregue

A poucos dias de o Brasil completar dois anos da primeira notificação oficial de um caso de covid-19, o país finalmente tem uma vacina 100% nacional contra o novo coronavírus. Ontem, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) entregou as primeiras doses do imunizante da AstraZeneca fabricado com Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA) elaborado totalmente no Brasil.

A fabricação desse imunizante só foi possível graças à transferência de tecnologia da AstraZeneca para a Fiocruz, cujo acordo foi firmado em junho do ano passado. Menos de um ano depois, a vacina nacional começa a ser aplicada.

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, afirmou que esse fármaco representa a independência do país na produção do imunizante contra a covid-19. “Foi a

principal aposta do governo federal. Asseguramos, até o final do ano, mais de 500 milhões de doses. Com isso, temos a certeza de conter o caráter pandêmico da covid-19”, disse.

Para Queiroga, a autonomia do Brasil na produção de vacinas com IFA nacional é importante, também, para reforçar a distribuição equitativa de doses no mundo. “A Fiocruz tem uma grande capacidade de produção, como mostrou durante a pandemia. Com isso, podemos nos associar aos esforços dos outros países para ampliar o acesso global à imunização”, anunciou.

Segundo o ministro, o país poderá exportar os imunizantes, mas ainda não há negociações para isso. Para ser oferecida a outros mercados, a vacina precisa obter o registro emergencial na Organização Mundial da Saúde

(OMS). “A Fiocruz está dando início ao processo de pré-qualificação para exportação na Organização Mundial de Saúde (OMS) e avaliando, junto à AstraZeneca e à Opa (Organização Pan-Americana de Saúde), a melhor estratégia para contribuir com o esforço global contra a covid-19”, disse a fundação.

A prioridade da instituição é “atender às necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS)”. “Caso a demanda nacional para o suprimento de vacinas seja atendida, a Fiocruz poderá avaliar a exportação de sua produção excedente”, explicou.

A fundação entregou pouco mais de 550 mil doses do fármaco nacional ao ministério. A pasta contratou, para este ano, 105 milhões de doses da vacina da Fiocruz, sendo 45 milhões da nacional. (MEC)

## VIOLÊNCIA

### MP: Moïse foi morto como um “animal peçonhento”

» JOÃO VÍTOR TAVAREZ\*

Assassinado como um “animal peçonhento”. Dessa forma o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP-RJ) classificou a morte do congolês Moïse Kabagambe, em 24 de janeiro, na denúncia apresentada, ontem, à Justiça. O crime aconteceu no quiosque Tropicália, na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro. O jovem foi morto a golpes de porrete e de taco de beisebol, além de ter sido sufocado e amarrado pelos agressores.

“O crime foi praticado com emprego de meio cruel, eis que a vítima foi agredida como se fosse um animal peçonhento”, salientou o documento do MP-RJ.

Os denunciados são Fábio Pirineu da Silva, o Bello; Aleson Cristiano de Oliveira Fonseca, o Dezenove; e Brendon Alexander Luz da Silva, o Tota. Os três responderão por homicídio triplamente qualificado, uma vez que impossibilitaram que Moïse se defendesse.

“Fábio, Brendon e Aleson, ao agredirem a vítima com tamanha violência, e por longo tempo, mesmo quando ela já estava indefesa, concorreram eficazmente para a morte de Moïse”, salientou o MPRJ na denúncia, acrescentando que o crime foi praticado por motivo fútil — pois foi efeito de um desentendimento entre o congolês e os agressores.

## Imobilizado

Conforme a denúncia, Tota derrubou Moïse com um golpe de jiu-jitsu, o que o deixou indefeso. Em seguida, Bello deu diversas pauladas com um bastão de beisebol no congolês. Depois, passou a arma para Dezenove, que continua as agressões com o congolês manietado no chão. Mesmo brutalmente espancado, o jovem foi amarrado e totalmente imobilizado.

Ainda de acordo com a denúncia, o MP-RJ pede à Justiça que os três continuem presos preventivamente. Isso porque, conforme a avaliação dos promotores, caso sejam colocados em liberdade para que possam responder pelo assassinato, os denunciados teriam condições de causar risco à instrução criminal, “em especial contra a família da vítima, composta por pessoas socialmente vulneráveis”.

O MP-RJ também investigará as condutas de Jailton Pereira Campos, conhecido como Baixinho e do funcionário do Tropicália, de Matheus Vasconcelos Lisboa e de Viviane Mattos Faria. A suspeita dos promotores é de que o trio deixou o local do crime sem prestar socorro a Moïse.

## » Professor acusado de traficar órgãos

A Polícia Federal realizou, ontem, uma operação de busca e apreensão na casa de Helder Bindá Pimenta, professor de Anatomia da Escola Superior de Saúde da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Ele é acusado de remeter uma mão humana e três placentas para Cingapura. Bindá leciona na universidade desde 2013 e a reitoria da UEA confirmou o afastamento dele por 30 dias. Há indícios de que um dos destinatários das remessas do professor é Arnold Putra, um designer indonésio que vende acessórios e roupas com material humano.

## CB.PODER

# Deputada: tolerância com feminicídio deve ser zero

» MARIA EDUARDA ANGELI\*

A tolerância com o feminicídio deve ser zero. A análise é da delegada e deputada estadual de Pernambuco Gleide Ângelo (PSB), que na última segunda-feira passou a comandar a Secretaria da Mulher da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale). Em entrevista, ontem, ao *CB.Poder* — uma parceria entre o *Correio Braziliense* e a TV Brasília —, ela deixou claro que o assassinato de mulheres é um crime quase sempre evitável. Isso porque o marido ou namorado que pretenda tirar a vida da companheira dá sinais de que o fará.

“Tem que ser tolerância zero, porque o que mais me dói é que o feminicídio, frente aos outros crimes, é anunciado. É evitável e a gente não está conseguindo evitar”, observou.

Para Gleide, o fato de, muitas vezes, o crime ser visto por pessoas do sexo masculino como “justificável”, é um ato de crueldade. “É uma violência que está na estrutura da sociedade. Isso

porque a gente vive em uma cultura machista, patriarcal e misógina mundialmente. Mas você vê que tem locais em que ela vai ficando mais grave”, disse.

Entre janeiro e junho de 2021, 666 mulheres foram vítimas de feminicídio no país, conforme dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A deputada ressalta que, frequentemente, as vítimas de feminicídio não denunciam o agressor.

“Quando uma mulher morre por feminicídio, não morre só ela. Morre ela, morrem os filhos, morre a mãe. Morre a família toda”, lamenta.

## Representatividade

Candidata mais votada da história de Pernambuco, com 412.636 votos, Gleide acredita que sua eleição à assembleia legislativa, há três anos, foi “um grito de socorro das mulheres em busca de representatividade”. “A conclusão a que eu cheguei, depois de 18 anos na política, foi de que eu estava chegando tarde demais. Eu preciso

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Gleide viu que, na política, fazia mais pela defesa da mulher

agora arrumar uma forma de trabalhar não mais para prender o assassino, mas para fazer que a mulher não morra”, concluiu. E não tem outra forma de fazer isso senão por meio de política pública, pela prevenção”, observou.

Gleide amadureceu a decisão assim que se deu conta de que, como deputada, teria mais condições de lutar para tentar evitar o feminicídio do que somente prendendo o assassino. “Minha vida toda eu trabalhei com homicídio, na DHPP (Delegacia

de Homicídios e Proteção à Pessoa), fazendo local de morte. O que é o local de morte? A pessoa morreu. O que eu posso fazer? Prender. Era a parte mais fácil para mim. Era só pedir um mandado à juíza e prender”, explicou.

Nos últimos três anos, em Pernambuco, a deputada apresentou 230 projetos de lei e teve 85 leis sancionadas, sendo mais de 40 com o objetivo de proteger a mulher da violência masculina. Indagada se pretende, em outubro próximo, trocar a assembleia legislativa pernambucana pela Câmara dos Deputados, e trabalhar tais projetos agora a nível federal, Gleide disse que prefere ficar onde está.

“Minha proposta é fortalecer a política da mulher no meu estado. Então, eu preciso continuar lá. Política não é profissão, não é carreira. Política são competências diferentes. Para mim, ser deputada federal não é subir de nível”, assegurou.

\*Estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi